

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

A Prefeitura Municipal de Realeza preza pela privacidade e proteção dos dados pessoais de seus cidadãos, servidores, e de terceiros com os quais mantém relações. A presente Política de Privacidade reflete o compromisso inabalável da administração pública com a transparência, a segurança e o rigoroso cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD). Esta legislação reforça a necessidade de salvaguardar informações pessoais, garantindo o direito à privacidade e o controle sobre seus dados.

A Política de Privacidade detalha as práticas adotadas para a coleta, o tratamento, e a proteção dos dados pessoais no âmbito das atividades administrativas e de prestação de serviços públicos, buscando assegurar que todas as ações estejam em conformidade com os princípios da LGPD. Através deste documento, a Prefeitura se compromete a respeitar a privacidade dos titulares de dados, promovendo um ambiente de confiança e respeito no uso de informações pessoais.

Reconhecendo a natureza pública de suas atividades, a Prefeitura Municipal de Realeza adota esta política para consolidar uma gestão responsável dos dados pessoais que circulam em seus sistemas e processos. A finalidade é proteger os direitos dos titulares de dados pessoais, sensíveis ou não, fomentar a confiança dos cidadãos nas atividades do órgão e fortalecer os pilares da transparência, ética e segurança que fundamentam a administração pública.

Esta política também busca alinhar as práticas institucionais aos princípios de privacidade integrada ao planejamento e privacidade por padrão, garantindo que todas as operações de tratamento sejam planejadas e executadas com o máximo nível de proteção, desde o início até o encerramento do ciclo de vida dos dados pessoais.

a) **Define padrões e procedimentos claros:** Estabelece diretrizes específicas e detalhadas para orientar o uso ético, seguro e responsável dos dados pessoais, garantindo que todas as atividades administrativas, legislativas e de relacionamento com a sociedade sejam conduzidas com o máximo rigor e alinhamento às melhores práticas de proteção de dados.

b) **Garante a conformidade com as obrigações legais:** Promove a adesão às legislações e regulamentos aplicáveis, reduzindo riscos jurídicos, técnicos e reputacionais decorrentes de práticas inadequadas ou violações, e reforçando a confiança da sociedade na gestão institucional.

c) **Promove a educação e a conscientização:** Investe na formação contínua de servidores, colaboradores e parceiros, disseminando conhecimentos sobre proteção de dados e fomentando uma cultura organizacional que valoriza o respeito à privacidade e a segurança das informações.

d) **Estabelece a governança de dados pessoais:** Define claramente os papéis, responsabilidades e processos relacionados ao tratamento de dados, implementando medidas técnicas e administrativas robustas que assegurem a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações tratadas.

e) **Fortalece a transparência e a acessibilidade:** Garante que os titulares de dados tenham acesso facilitado a informações claras e detalhadas sobre como seus dados pessoais são tratados, além de assegurar que possam exercer seus direitos com agilidade e eficiência, reforçando a confiança no compromisso institucional com a proteção de dados.

Termos e Definições [Glossário]

Titular dos Dados: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. Os titulares podem ser cidadãos que fornecem seus dados à Prefeitura Municipal de Realeza para a prestação de serviços públicos ou para o cumprimento de obrigações legais. O Titular tem direitos garantidos pela LGPD, como o acesso, correção e exclusão de seus dados pessoais

Dados Pessoais: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Dados pessoais podem incluir nome, endereço, telefone, e-mail, entre outros dados que permitam identificar um indivíduo. Para a Prefeitura Municipal de Realeza, dados pessoais podem ser coletados em diversos processos administrativos e de atendimento ao público.

Dados Pessoais Sensíveis: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. Este tipo de dado exige uma proteção reforçada, sendo tratado com mais cuidado e exigindo consentimento expresso dos titulares para seu tratamento, de acordo com a LGPD.

Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Prefeitura Municipal de Realeza adota os seguintes princípios da LGPD:

a) Finalidade

A coleta de dados pessoais deve ser realizada para finalidades legítimas, específicas, explícitas e informadas aos titulares. Isso assegura que os dados sejam utilizados exclusivamente para os propósitos claramente definidos, proporcionando transparência no tratamento e promovendo a confiança dos cidadãos. A definição prévia das finalidades evita a coleta excessiva de dados e garante que os indivíduos tenham conhecimento claro do uso que será feito de suas informações. A transparência nas práticas de coleta permite que os titulares

compreendam como seus dados serão tratados e como podem influenciar em suas decisões.

b) Necessidade

A coleta de dados deve ser limitada ao mínimo necessário para a realização da finalidade específica, evitando o tratamento excessivo e desnecessário de informações. A finalidade deve justificar a coleta de cada dado pessoal, assegurando que apenas dados essenciais sejam processados. Isso evita o armazenamento de dados desnecessários e contribui para a eficiência dos serviços prestados, além de reduzir riscos relacionados à segurança e à privacidade.

c) Livre Acesso

Garantir que os titulares dos dados tenham acesso facilitado às informações que lhes dizem respeito, promovendo o exercício de direitos como acesso, correção, exclusão e portabilidade de seus dados, em conformidade com a legislação vigente. O acesso facilitado permite que os cidadãos saibam quais informações estão sendo processadas e tomadas decisões informadas sobre como essas informações podem ser utilizadas. A transparência no processo de gestão de dados fortalece a confiança na administração pública.

d) Qualidade dos Dados

A Prefeitura busca assegurar a precisão, clareza e atualização dos dados, de modo a evitar informações desatualizadas ou incorretas que possam comprometer a eficiência e eficácia dos serviços prestados. A manutenção da qualidade dos dados garante a integridade das informações e evita a geração de inconsistências que podem prejudicar a prestação de serviços e o cumprimento das finalidades estabelecidas.

e) Transparência

Disponibilizar informações claras, precisas e acessíveis sobre as práticas de coleta, armazenamento e uso dos dados pessoais, promovendo a transparência

e a prestação de contas na gestão dos dados. A transparência não apenas fortalece a confiança dos cidadãos como também facilita o acesso às informações e ao exercício dos direitos dos titulares, garantindo maior controle sobre os dados pessoais.

f) Segurança

Garantir a proteção dos dados contra acessos não autorizados, vazamentos, acidentes, ou danos, por meio da implementação de medidas técnicas e administrativas que preservem a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações. A segurança é fundamental para evitar violações e proteger os dados pessoais contra eventuais riscos.

g) Prevenção

Adotar medidas preventivas para evitar a ocorrência de danos decorrentes do uso indevido ou inadequado dos dados, assegurando que riscos sejam identificados e mitigados antes de se tornarem incidentes. A identificação proativa de vulnerabilidades e a implementação de controles eficazes ajudam a minimizar riscos e a proteger os dados pessoais dos titulares.

h) Responsabilização

A Prefeitura assume o compromisso de responder pelo cumprimento das regras estabelecidas, monitorando e fiscalizando a conformidade com a LGPD e promovendo boas práticas na proteção dos dados pessoais. A responsabilização envolve a prestação de contas aos titulares, garantindo a transparência nas operações e a confiança da sociedade na gestão dos dados pessoais.

Tipos de Dados Pessoais Coletados

Abaixo são alguns dados que possam ser coletados, podem existir outros desde que sejam para atendimento as bases legais da Lei Geral de Proteção de Dados, sempre visando o atendimento a Administração Pública e demais legislações como Transparência e Acesso à Informação.

a) Dados de Identificação

Informações que permitem a identificação direta dos indivíduos, como:

- Nome completo
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas)
- RG (Registro Geral)
- Data de nascimento
- Gênero
- Nacionalidade
- Naturalidade
- Estado civil
- Profissão e cargo

b) Dados de Contato

Informações que permitem a comunicação direta com os cidadãos, como:

- Endereço residencial ou comercial
- E-mail
- Telefone (fixo e/ou celular)
- Redes sociais, quando aplicável

c) Dados Econômicos e Financeiros

Informações relacionadas à situação econômica e financeira dos titulares:

- Informações bancárias (número da conta, instituição financeira, tipo de conta)
- Renda e renda familiar
- Informações sobre patrimônio
- Benefícios financeiros (como aposentadoria, bolsas, subsídios etc.)

d) Dados de Saúde

Utilizados em contextos específicos relacionados a serviços públicos de saúde, como hospitais, postos de saúde e programas de saúde:

- Histórico médico
- Diagnósticos e tratamentos
- Informações sobre doenças preexistentes
- Medicações em uso
- Exames laboratoriais e resultados de consultas

e) Dados de Educação

Relacionados ao contexto educacional dos cidadãos:

- Informações sobre matrícula e registro escolar
- Desempenho acadêmico e histórico escolar
- Resultados de provas e avaliações
- Registro de frequências e certificados de conclusão

f) Dados de Assistência Social

Coletados em programas de assistência social, com o objetivo de avaliar e gerenciar a concessão de benefícios e serviços:

- Informações sobre renda, composição familiar e situação socioeconômica
- Benefícios recebidos, como programas de auxílio, subsídios, e transferências de renda
- Inscrição e acompanhamento em programas de assistência social

Finalidades da Coleta de Dados

Os dados pessoais coletados pela Prefeitura Municipal de Realeza são utilizados para atender às seguintes finalidades, sempre em conformidade com a legislação aplicável e respeitando os direitos dos titulares:

a) Atendimento ao Cidadão

- Prestação de serviços essenciais e públicos, como saúde, educação, assistência social, entre outros.
- Garantia de acesso a informações e serviços que atendam às necessidades básicas dos cidadãos, como o agendamento de consultas médicas, inscrições em programas educacionais, cadastramento em serviços assistenciais, entre outros.

b) Gestão Pública

- Implementação, execução e monitoramento de políticas públicas.
- Administração e gestão eficiente dos serviços públicos, como a coleta de dados para a elaboração de estudos, planejamento e tomada de decisões relacionadas à melhoria contínua dos serviços prestados.

- Acompanhamento e gestão de atividades administrativas e operacionais que buscam otimizar os processos internos e a eficácia das ações públicas.

c) Atendimento de Obrigações Legais e Regulamentares

- Cumprimento de normas e regulamentações aplicáveis, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras legislações pertinentes.
- Manutenção de registros e bases de dados para atender às obrigações de transparência, prestação de contas e fiscalização, exigidas pelos órgãos reguladores e de controle.

d) Melhoria dos Serviços

- Personalização e aprimoramento dos serviços oferecidos à população, com base no monitoramento de dados e nas necessidades identificadas.
- Otimização dos processos de atendimento, com foco em proporcionar experiências mais ágeis, eficazes e satisfatórias para os cidadãos.
- Realização de estudos e análises para identificação de tendências e melhores práticas na oferta de serviços públicos.

e) Segurança e Transparência

- Manutenção de registros atualizados e bases de dados seguros, com o objetivo de prevenir acessos não autorizados, vazamentos ou danos aos dados pessoais.
- Garantia da transparência na gestão de informações, permitindo que os cidadãos tenham acesso claro e controlado sobre como seus dados são utilizados.

- Implementação de medidas que assegurem a segurança da informação, promovendo a confiança dos cidadãos em relação à utilização de seus dados pessoais.

Direitos dos Titulares dos Dados

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), a Prefeitura Municipal de Realeza assegura aos titulares dos dados os seguintes direitos:

a) Confirmação da Existência de Dados

Os titulares têm o direito de solicitar a confirmação da existência de seus dados pessoais, garantindo que possam verificar se a Prefeitura está de fato tratando suas informações.

b) Acesso

Os titulares têm o direito de solicitar acesso aos seus dados pessoais, permitindo que tenham conhecimento sobre quais informações estão sendo coletadas, armazenadas e utilizadas pela Prefeitura.

c) Correção de Dados

Caso os dados pessoais estejam incompletos, desatualizados ou incorretos, os titulares podem solicitar a correção dessas informações, garantindo a precisão e a atualização dos dados.

d) Eliminação de Dados

Os titulares têm o direito de solicitar a exclusão de seus dados pessoais, nos casos em que a lei aplicável permita tal eliminação. A exclusão é realizada mediante análise das bases legais e da conformidade com a LGPD.

f) Informação sobre Compartilhamento

Os titulares têm o direito de saber com quem a Prefeitura compartilha seus dados pessoais. A transparência no compartilhamento contribui para a confiança no uso das informações.

h) Objeção ao Tratamento

Os titulares podem se opor ao tratamento de seus dados em determinadas situações previstas pela LGPD, especialmente quando o tratamento não estiver amparado em bases legais específicas.

Compartilhamento e Divulgação de Dados

A Prefeitura Municipal de Realeza compartilha dados pessoais apenas nas situações em que o compartilhamento seja estritamente necessário e em conformidade com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

a) b) Cumprimento de Obrigações Legais

Dados pessoais podem ser compartilhados em cumprimento a obrigações legais ou regulatórias, quando exigido por normas federais, estaduais ou municipais, como auditorias, fiscalização, investigações ou requisitos judiciais.

b) Parcerias e Prestadores de Serviços

A Prefeitura pode compartilhar dados pessoais com entidades públicas ou privadas que prestem serviços em nome da Prefeitura, como parceiros e fornecedores, desde que estejam devidamente contratados e comprometidos com a proteção dos dados pessoais, respeitando as regras estabelecidas pela LGPD.

c) Garantia da Segurança Pública e Defesa de Direitos

Dados pessoais podem ser compartilhados em situações específicas em que seja necessária a garantia da segurança pública e a defesa de direitos, como em investigações, auditorias, ou para proteger os direitos do titular e de terceiros. Isso inclui casos em que há risco à integridade física, patrimonial ou jurídica do cidadão.

Segurança e Proteção de Dados

Auditorias

A Prefeitura Municipal de Realeza poderá realizar auditorias periódicas e contínuas para avaliar a conformidade das operações de tratamento de dados com as políticas de segurança e proteção estabelecidas. Essas auditorias incluem:

- Verificação da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e outras regulamentações relacionadas.
- Avaliação da eficácia das medidas técnicas e administrativas implementadas para garantir a segurança dos dados pessoais.
- Identificação de possíveis vulnerabilidades e pontos de melhoria, com o objetivo de corrigir falhas e assegurar a proteção contínua.

Plano de Resposta a Incidentes

A Prefeitura de Realeza implementa um **Plano de Resposta a Incidentes de Segurança** com o intuito de prevenir, identificar, mitigar e corrigir situações que possam comprometer a segurança dos dados pessoais. Esse plano inclui:

- A definição de procedimentos para a identificação e contenção de incidentes, como vazamentos, acessos não autorizados, ou falhas na proteção dos dados.
- O estabelecimento de canais de comunicação internos e externos para o reporte de incidentes de segurança.

- Medidas corretivas, como a recuperação de dados afetados e a implementação de ações preventivas para evitar a repetição de incidentes.

Gestão de Riscos

A Prefeitura poderá realizar análises e avaliações periódicas dos riscos associados ao tratamento de dados pessoais, buscando identificar potenciais ameaças e implementar medidas para mitigação. Essa gestão inclui:

- A identificação de riscos relacionados à coleta, armazenamento, processamento, compartilhamento e descarte de dados pessoais.
- A implementação de controles técnicos e administrativos que visam reduzir a exposição a riscos e minimizar potenciais danos.
- A revisão contínua das práticas e políticas de segurança, a fim de manter a adequação às novas ameaças e regulamentos.

Retenção e Exclusão de Dados

Os dados pessoais coletados pela Prefeitura de Realeza serão armazenados apenas enquanto forem necessários para a prestação de serviços públicos, o atendimento de finalidades legítimas e o cumprimento de obrigações legais e regulamentares. Após a conclusão da finalidade para a qual foram coletados, os dados serão eliminados de forma segura, observando os critérios e prazos definidos pela legislação vigente, assegurando a confidencialidade e a proteção dos direitos dos titulares.

Transferência Internacional de Dados

A Prefeitura de Realeza, como regra geral, **não realiza a transferência internacional de dados pessoais**. A transferência só ocorrerá em situações em que forem exigidas por obrigações legais ou regulatórias específicas, como tratados internacionais, cooperação com órgãos públicos ou institucionais, ou

situações previstas pela LGPD. Nesses casos, a Prefeitura garantirá que o país ou entidade receptora adote medidas de segurança adequadas para a proteção dos dados pessoais.

Transferência Internacional de Dados

A Prefeitura de Realeza, como regra geral, **não realiza a transferência internacional de dados pessoais**. Essa prática será adotada apenas em situações específicas em que:

- **Exigida por obrigações legais ou regulatórias:** Como tratados internacionais, acordos com autoridades públicas, ou situações que demandem a cooperação com órgãos internacionais, conforme previsto na legislação vigente.
- **Necessidade de Proteção de Direitos:** Transferências que visem garantir a proteção dos direitos do titular ou de terceiros, como em casos de investigações, auditorias ou medidas de segurança.

A Prefeitura compromete-se a garantir que, em casos de transferência internacional, as entidades receptoras estejam sujeitas a condições equivalentes de proteção de dados, em conformidade com as exigências da LGPD.

Serviços de Saúde

Os dados pessoais coletados em serviços de saúde são utilizados exclusivamente para:

- **Cumprimento de Obrigações Legais:** Garantindo que o tratamento de dados sensíveis está amparado pelo artigo 7º, inciso V, da LGPD, que autoriza o uso de dados pessoais sensíveis para fins de atendimento à saúde.

Educação

Os dados pessoais coletados em contextos educacionais são utilizados para:

- **Execução de Políticas Educacionais e Contratos:** Com base no artigo 7º, inciso II, da LGPD, que permite o tratamento necessário para a execução de contratos e políticas educacionais.

Assistência Social

Os dados pessoais coletados em programas de assistência social são utilizados para:

- **Execução de Políticas Públicas:** Amparado pelo artigo 7º, inciso II, da LGPD, que autoriza o tratamento necessário para a execução de políticas públicas.

Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais

O **Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)** da Prefeitura Municipal de Realeza é o responsável pelo gerenciamento e fiscalização da conformidade com a LGPD.

- **Contato:**
 - E-mail: dpo@realeza.pr.gov.br
 - Telefone: (46) 3543-1122
 - Endereço Rua Barão do Rio Branco, 3507 - Centro Cívico- Realeza - PR - BRASIL

17. Disposições Gerais

Esta Política de Privacidade deve ser interpretada em conformidade com a legislação vigente, como a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, outras normas correlatas e regulamentos aplicáveis.

- **Resolução de dúvidas e questionamentos:** Em caso de dúvidas, reclamações ou solicitações, a Prefeitura compromete-se a responder com base na legislação em vigor e nos princípios estabelecidos.

- **Boas Práticas e Conduta:** A administração pública deverá atuar de forma ética, transparente e responsável, garantindo a segurança, a privacidade e o respeito aos direitos dos titulares de dados pessoais.

Esta política de privacidade pode ser alterada a qualquer tempo pelo Encarregado de Dados.

São Paulo, 14 de janeiro de 2025.